

**Evaldo Gomes Júnior\***

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Marabá, Pará, Brasil

**Daniel Nogueira Silva\*\***

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Marabá, Pará, Brasil



# Planejamento, ordenamento territorial e características do uso da força de trabalho em regiões amazônicas: o caso da região de Carajás (PA)

**Recebido em:** 15 dez. 2023

**Aprovado em:** 28 maio 2024

**Publicado em:** 23 dez. 2024

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/2148384.18.36-5>

---

\* Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional, Faculdade de Ciências Econômicas. Doutor e Mestre em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Estadual de Campinas; graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: evaldo.gomes@unifesspa.edu.br

 <http://lattes.cnpq.br/3651750776714319>  <https://orcid.org/0000-0002-0987-1895>

\*\* Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional, Faculdade de Ciências Econômicas. Doutor e Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: ddaniel.ns@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/2637067990142419>  <https://orcid.org/0000-0002-8379-4672>

## Resumo

---

O objetivo deste trabalho é analisar, sob a perspectiva do subdesenvolvimento na fase neoliberal, a dinâmica do mercado de trabalho a nível regional, a partir de evidências da região de Carajás. Com base nos elementos teóricos derivados da tradição estruturalista latino-americana para evidenciar a relação entre composição setorial do emprego e renda atrelada à dinâmica exportadora naquela região amazônica. Os resultados apontam para um processo de ampliação da produção do setor exportador, com consequência nos demais setores e retração dos ganhos salariais reais e redução da capacidade da economia regional em manter o ritmo de incorporação de força de trabalho formal.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. *Commodities*. Emprego e Renda. Região de Carajás.

---

**Evaldo Gomes Júnior\***

Federal University of South and Southeast Para  
Marabá, Para, Brazil

**Daniel Nogueira Silva\*\***

Federal University of South and Southeast Para  
Marabá, Para, Brazil



## **Planning, territorial ordering and characteristics of the use workforce in Amazonian regions: the case of the Carajás region (PA, Brazil)**

**Received:** 15<sup>th</sup> Dec. 2023

**Approved:** 28<sup>th</sup> May 2024

**Published:** 23<sup>rd</sup> Dec. 2024

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/2148384.18.36-5>

---

\* Adjunct Professor at the Federal University of Southern and Southeastern Pará, Institute of Studies in Agrarian and Regional Development, Faculty of Economics. PhD and MSc in Development Economics from the State University of Campinas; BSc in Economics from the Federal University of Tocantins. Email: [evaldo.gomes@unifesspa.edu.br](mailto:evaldo.gomes@unifesspa.edu.br)

 <http://lattes.cnpq.br/3651750776714319>  <https://orcid.org/0000-0002-0987-1895>

\*\* Adjunct Professor at the Federal University of Southern and Southeastern Pará, Institute of Studies in Agrarian and Regional Development, Faculty of Economics. PhD and MSc in Economics from the Federal University of Rio Grande do Sul; BSc in Economics from the State University of Feira de Santana. Email: [ddaniel.ns@gmail.com](mailto:ddaniel.ns@gmail.com)

 <http://lattes.cnpq.br/2637067990142419>  <https://orcid.org/0000-0002-8379-4672>

## *Abstract*

---

*The objective of this article is to analyze the dynamics of the labor market at a regional level by the perspective of underdevelopment in the neoliberal phase and based on evidence from the Carajás region, Amazon, Brazil. Based on theoretical elements derived from the Latin American structuralist tradition to highlight the relationship between the sectoral composition of employment and income linked to export dynamics in that Amazon region. The results indicate a process of expansion of production in the export sector, with consequences for other sectors and a retraction in real wage gains and a reduction in the capacity of the regional economy to maintain the pace of incorporation of a formal workforce.*

**Keywords:** *Neoliberalism. Commodities. Employment and Income. Carajás Region.*

---

## 1. Introdução

A economia do Pará tem experimentado uma integração tanto ao mercado internacional quanto ao nacional, caracterizando-se pela produção primária voltada para a exportação (Amin, 2015). Ao mesmo tempo que produz divisas importantes para a economia nacional, esse perfil econômico é marcado por ocupações informais, desprovidas de vínculo empregatício, e atividades extrativistas voltadas para atender à demanda interna, como é o caso do cultivo de açaí (Trindade; Borges, 2023). Essa dinâmica econômica exportadora tem aprisionado a região em um circuito caracterizado por baixa capacidade de inclusão social e elevado empobrecimento da população paraense (Rodrigues; Silva, 2023). Esse fenômeno torna-se emblemático de um padrão de desenvolvimento periférico, dependente e excludente, característica marcante das economias da América Latina.

Além da exploração de produtos vinculados à biodiversidade, como o cacau nativo, e o açaí, a economia do Pará também tem visto um crescimento recente na produção de soja, na expansão da pecuária e na exploração de minérios (Michelotti; Malheiro, 2020). Essa aparente diversificação econômica reflete a busca por novas fontes de receita, mas ao mesmo tempo, coloca desafios significativos em termos de sustentabilidade e impactos socioeconômicos. A produção intensiva em setores como a soja e a mineração, por exemplo, frequentemente acarreta problemas ambientais, deslocamento de comunidades locais e concentração de terra, agravando as questões sociais e ambientais no estado (Trindade; Ferraz, 2023).

A intensificação da produção primária voltada para a exportação no Pará não apenas configura uma dependência econômica, mas também gera uma série de desafios ambientais, sociais e culturais. O aumento da exploração de minérios, por exemplo, tem levado a conflitos territoriais e impactos ambientais significativos, afetando negativamente as comunidades locais e a biodiversidade. Essa tendência coloca em xeque a sustentabilidade

a longo prazo do modelo econômico adotado, demandando uma análise crítica das políticas públicas e práticas vinculadas ao capital privado que permeiam essas atividades extrativas.

Dentro do estado, uma região em especial vem manifestando nas últimas décadas um conjunto de dinâmicas que conferem a ela características que são uma síntese dos processos recentes enfrentados pela Amazônia brasileira desmatada. Trata-se da região de Carajás (Monteiro; Silva, 2021). Ocupando o território que até 2017 era definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como sudeste paraense (excluindo o município de Tucuruí), esse território tem sido objeto de interesse de diversos pesquisadores (Monteiro *et al.*, 2022; Gumiero, 2022) que identificam nesse território uma síntese de diferentes processos econômicos e sociais que ajudam a entender o papel da Amazônia nas dinâmicas mais recentes de acumulação de capital. Essa região constitui uma síntese relevante das principais dinâmicas contemporâneas na Amazônia brasileira, conferindo-lhe uma posição central na compreensão das questões associadas ao desenvolvimento regional.

A exploração capitalista dos recursos naturais, notadamente a mineração, conecta esse território às demandas do capitalismo financeiro, uma vez que a exploração desses recursos está submetida à lógica e às estratégias econômicas das grandes empresas multinacionais (Felix, 2020). Essas dinâmicas, influenciadas por diversos fatores determinantes e condicionantes, estão intrinsecamente ligadas à expansão da fronteira do agronegócio, gerando não apenas impactos no ecossistema, especialmente no desmatamento, mas também desencadeando tensões e conflitos nas relações sociais (Michelotti; Malheiro, 2020). Nesse contexto de ampliação da influência do capital financeiro no território, em paralelo à expansão da fronteira do agronegócio, surgem outras problemáticas, como a questão urbana, impondo desafios inéditos para o desenvolvimento das cidades e de suas populações (Cardoso *et al.*, 2018).

O aprofundamento dessa realidade ao longo das últimas décadas requer uma investigação mais detalhada também sobre as condições de

trabalho, a segurança laboral e os direitos dos trabalhadores na região. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar, sob a perspectiva do subdesenvolvimento na fase neoliberal, a dinâmica do mercado de trabalho a nível regional, a partir de evidências da região de Carajás.

A metodologia se insere na relação entre reflexões teóricas de autores da crítica da economia política e dos estudos sobre o subdesenvolvimento e questão regional, especialmente os mestres Celso Furtado e Wilson Cano, e evidências de dados secundários de produção setorial, dinâmica exportadora e do mercado de trabalho para a região de Carajás e estado do Pará. Desta forma é possível alinhar um debate em torno da reincidência de elementos do subdesenvolvimento a nível regional, num contexto de reestruturação produtiva neoliberal nas regiões brasileiras, especialmente nos espaços em que se convencionou chamar de fronteira agromineral ou fronteira agrícola do país (Michelotti; Malheiro, 2020).

A definição espacial ocorre por a região de Carajás pertencer, historicamente, a este processo de reocupação espacial e reestruturação produtiva a partir dos anos de 1960/70 no país. É justamente a partir da Ditadura Militar brasileira (1964-1985) que se verifica um processo acentuado e direcionado, por meio de políticas de Estado, de integração amazônica ao resto do país. Porém, as principais evidências estatísticas se concentram no período de expansão da demanda por *commodities* a nível de comércio global, entre 2002 e 2022, especialmente por conta da significativa ampliação da demanda chinesa por minérios e alimentos.

Para alcançar esse objetivo, o artigo está organizado em três seções. Na primeira, são apresentados alguns aspectos teóricos e históricos da relação entre planejamento, questão regional e uso da força de trabalho. Na segunda seção, esses elementos são aplicados para entender as regiões amazônicas que vivenciam processos de expansão produtiva e os conflitos associados a elas, em especial, a região de Carajás no Pará. Por fim, na última seção é discutido as repercussões desse processo no uso da força de trabalho, com especial atenção aos setores exportadores de *commodities*.

## 2. Aspectos teóricos e históricos da relação entre planejamento, questão regional e uso da força de trabalho

A economia do Pará tem experimentado uma integração tanto ao mercado internacional quanto ao nacional, caracterizando-se pela produção primária voltada para a exportação (Amin, 2015). Ao mesmo tempo que produz divisas importantes para a economia nacional, esse perfil econômico é marcado por ocupações informais, desprovidas de vínculo empregatício, e atividades extrativistas voltadas para atender à demanda interna, como é o caso do cultivo de açaí (Trindade; Borges, 2023). Essa dinâmica econômica exportadora tem aprisionado a região em um circuito caracterizado por baixa capacidade de inclusão social e elevado empobrecimento da população paraense (Rodrigues; Silva, 2023). Esse fenômeno torna-se emblemático de um padrão de desenvolvimento periférico, dependente e excludente, característica marcante das economias da América Latina.

A dinâmica do planejamento nas economias capitalistas assume processos históricos que se distinguem entre ações que buscam manter a ordem social, ações que limitam o ordenamento público e ações que buscam reformar ou substituir a ordem social vigente. Friedmann (1991) traz sínteses para estas trajetórias que o desenvolvimento das forças produtivas, derivado das relações sociais de produção capitalista, provoca em espaços nacionais e regionais. Este autor vai distinguir estas trajetórias entre “*planificación asignativa, planificación innovadora, planificación e práctica radical y planificación revolucionaria*”. Nosso percurso analítico pretende assinalar para além destes caminhos gerais, o caráter específico que cada território assume nestes processos, considerando formações socioespaciais, inclusive sua face nas economias nacionais dependentes (Aruto, 2015).

Tal aprofundamento da precisão dos conceitos se faz necessária por conta das formas modernas que a dependência e o subdesenvolvimento assumem, derivadas da consolidação do neoliberalismo enquanto modelo de

desenvolvimento das nações, especialmente nos países latino-americanos. A partir dos anos de 1970, as novas formas de integração entre o planejamento no âmbito público e corporativo - não só em termos de objetivos a serem alcançados, mas também em termos de gestão dos processos a níveis locais e regionais - torna cada vez menos distintivo as estratégias de organização das empresas e governos. Temas como sustentabilidade, inclusão social e redução das desigualdades de renda, organização urbana e segurança alimentar passam a ser formulados a partir de estratégias de *marketing*, como é o caso do uso cada vez mais frequente do termo bioeconomia; de práticas padronizadas, como estratégias ESG - *Environmental, Social and Governance*; na financeirização dos projetos e de seus resultados, por meio das redes de investimentos empresariais e de suas organizações sem fins lucrativos a nível global.

Desta forma, a formulação de estratégias de planejamento, apesar das inovações, permanece em esquemas focais de ordenamento social e produtivo dos territórios, onde reincide a lógica de aferição de resultados em torno da ação individual dos sujeitos, das famílias e das empresas, desconsiderando as demandas estruturais das economias nacionais e de suas regiões, as especificidades culturais e históricas de povos e populações diversificadas. Justamente no período neoliberal, em que novamente o setor exportador de *commodities* volta a ser o centro dinâmico das principais economias da América Latina, que ajustes temporais e espaciais (Harvey, 2005) intensificam a reprodução social do espaço. Cabe buscar evidenciar se estas novas dinâmicas vão oferecer geração de oportunidades de emprego com ganhos salariais e redução da jornada de trabalho, crescimento da renda regional, diversificação produtiva, enfim, superação da subordinação aos mercados globais que apresenta como consequência sistêmica o subdesenvolvimento em vários países.

Celso Furtado e Wilson Cano foram dois autores que prontamente perceberam que a análise do subdesenvolvimento obedece a processos de permanência sistêmica de vários elementos constitutivos daquele modelo de estrutura capitalista. Por isso foram tão certos na observação, nos países

latino-americanos, da falta de generalização: i) dos processos de crescimento da renda nacional, ii) da garantia de acesso à reprodução material e espiritual da classe trabalhadora; iii) do incremento combinado de diversificação produtiva e comercial das regiões de um país e de toda a região; iv) da autonomia de incorporação tecnológica. Mais que isso, estes autores vão perceber que o subdesenvolvimento é uma condição sociocultural e política, e não somente econômica. Nada mais elucidativo que o texto seminal de Cano e Guimarães Neto (1986) sobre a importância latente das questões agrária, urbana e regional após o longo processo de industrialização brasileiro.

Por isso mesmo que algumas leituras de categorias discutidas por estes autores devem ser observadas na relação direta que elas provocam em termos estruturais. É o caso, por exemplo, do dualismo estrutural das economias latino-americanas, observado por Furtado (1965), acerca da existência de setores modernos e atrasados e que, por extensão também é relevante considerar regiões modernas e atrasadas, e como estes elementos, levam a se perceber a forma truncada e desigual que a incorporação tecnológica e a produtividade no subdesenvolvimento ocorre de forma a perpetuá-lo. As questões do subdesenvolvimento, obviamente, estão plenamente relacionadas a processos de dinâmica da economia nacional não consolidada e de um sistema plenamente subordinado à demanda externa. Em Furtado, as categorias do subdesenvolvimento são derivadas das questões nacional e territorial típicas da formação colonial.

A própria noção de moderno e atrasado respeitam esta contextualização. Se não há ruptura com padrões anteriores de reprodução das relações sociais de produção, do acesso à terra e do desenvolvimento das forças produtivas, a incorporação tecnológica não representa nada além da reprodução do modelo colonial e primário-exportador. Por exemplo, ao observar a reestruturação produtiva do campo por meio da modernização conservadora, durante o período da Ditadura Militar, Cano (2002) percebe que a baixa produtividade não é o elemento principal da agricultura itinerante, mas sim o modelo de ordenamento territorial vinculado às demandas do setor externo. A partir daí, por meio da agricultura itinerante é possível analisar as

alterações na estrutura produtiva agropecuária nas regiões, como o caso da produção de laranja e cana-de-açúcar no Oeste paulista, em substituição às lavouras cafeeiras. Torna-se também possível analisar a permanente fuga para frente, em busca de novas terras, inclusive para extração mineral, como ganhos de produtividade sobre o uso da força de trabalho.

Por ironia do subdesenvolvimento, aqueles setores considerados centros dinâmicos da economia primário-exportadora, típica do século XIX e início do século XX, passam novamente a ser os setores modernos da economia nacional após uma longa fase de industrialização. Por extensão, a incorporação de força de trabalho que, sujeita a atividades produtivas e mercantis, direta e indiretamente vinculadas ao setor principal, também está sujeita à precarização típica daquela observada nos setores atrasados, não só por conta da baixa remuneração, mas também por contas das alterações institucionais que afetam diretamente o mercado de trabalho. Basta observar as políticas pós-2016, que substituí o contexto de ganhos reais de salários após a crise de rentabilidade da economia brasileira a partir de 2014, conforme discute Marquetti, Hoff e Miebach (2016).

Por esse motivo faz sentido buscarmos alguns elementos que evidenciem tais estruturas do subdesenvolvimento. A incorporação de força de trabalho nos setores mais dinâmicos da economia regional, no contexto das mudanças institucionais recentes, e de expansão da exportação de *commodities*, são elementos chaves para a compreensão das consequências da especialização produtiva sobre os territórios. Como a fronteira de expansão produtiva do agronegócio e da mineração tem como fim atender à crescente demanda externa, o mesmo sentido de rebaixamento salarial se faz sentir permanentemente também nestes setores.

A Amazônia torna-se espaço central de mediação de experiências inovadoras do ponto de vista da organização produtiva sustentável, ao mesmo tempo que grupos econômicos nacionais e regionais buscam a manutenção do modelo de ocupação derivado do ordenamento territorial do período ditatorial brasileiro (1964-1985). Grupos sociais com trajetórias distintas de ocupação do território e de uso de tecnologias sobre ele apontam

para redimensionamentos regionais dentro da floresta tropical. Formas camponesas e patronais de mediação produtiva e uso da terra avançam entre conformações diversas mediadas entre os paradigmas extrativista e agropecuário (Costa, 2012). O foco da extração de minérios e produtos madeireiros, com consequente abertura de pastagens, mostra cada vez mais seus limites de legitimidade social e ambiental nos mercados nacionais e globais. Enquanto que se consolidam, em menor grau de capacidade de geração de excedentes mercantis e de incorporação fundiária, formas diversas de vinculação de modelos de uso do território de forma sustentável com experiências locais de comunidades de diversas tradições (*Idem*).

Dentre estes espaços destaca-se a região de Carajás (Monteiro; Silva, 2021), contida nas regiões geográficas intermediárias de Marabá e Redenção. Formas históricas específicas moldaram esta região numa área de expansão do agronegócio moderno e dos projetos de mineração, bem como no avanço de projetos de assentamentos de reforma agrária e na permanência de comunidades indígenas e tradicionais. Um espaço privilegiado para compreensão da expansão produtiva derivada do período neoliberal, em que justamente territórios como este passam a ser acionados por meio de processos produtivos altamente especializados e que não incorporam encadeamentos de seus setores, chamado por Osório (2014) de processos típicos do padrão exportador de especialização produtiva na América Latina (Osório, 2012). A mineração, a pecuária e, mais recentemente, a sojicultura são as dinâmicas principais ligadas ao setor exportador.

### **3. Regiões amazônicas de expansão produtiva e de conflitos**

Com base nos elementos previamente abordados, e considerando que o planejamento está intrinsecamente ligado à questão regional através de uma série de mediações, esta seção busca destacar particularidades que

conferem à região de Carajás, no estado do Pará (Monteiro; Silva, 2021), uma importância fundamental para a manifestação dessas transformações, as quais impactam diretamente o uso da força de trabalho. Para compreender as características essenciais desse processo, é imperativo elucidar fundamentos teóricos e metodológicos que embasam a análise. O principal destes é o reconhecimento de que a Amazônia não constitui um espaço homogêneo e nem uma dinâmica uniforme em seus diversos territórios. Apesar de se admitir que os processos históricos que moldaram a ocupação e desenvolvimento do território tenham sido impulsionados por forças econômicas e políticas em escalas nacional e internacional, negligenciando as divergências internas na região, a maneira como esses processos repercutiram na sociedade está intrinsecamente relacionada às características preexistentes nos distintos territórios que compõem a Amazônia. A região de Carajás, no estado do Pará, ilustra de maneira exemplar essa complexidade.

A região de Carajás é uma importante síntese da intensa expansão produtiva e políticas de ocupação territorial que caracterizaram a região a partir da década de 1970, impulsionada em grande parte pelas políticas dos governos militares (Becker, 2001). Durante esse período, o Brasil experimentou uma série de iniciativas que visavam promover o desenvolvimento econômico da Amazônia e integrar a região ao restante do país. O Programa de Desenvolvimento da Amazônia (Polamazônia) é emblemático desse esforço, buscando fomentar a ocupação e utilização dos recursos amazônicos. A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a implementação da Rodovia Transamazônica são outros exemplos concretos dessas políticas. A Usina de Tucuruí, inaugurada em 1984, representou um marco na estratégia de aproveitamento dos recursos hídricos da região para a produção de energia, impulsionando a industrialização local e atraindo migrantes em busca de oportunidades (Théry; Mello-Théry, 2016). A Rodovia Transamazônica, por sua vez, foi projetada como uma via de integração que cortaria a Amazônia de leste a oeste, facilitando o acesso e a ocupação de vastas áreas (Oliveira Neto, 2019).

A relação entre essa expansão produtiva e os temas abordados no artigo torna-se evidente ao considerar os impactos sobre o ordenamento territorial, o planejamento regional e a força de trabalho que tais políticas provocaram. O aumento da demanda por mão de obra, muitas vezes estimulado por esses projetos de infraestrutura, influenciou diretamente a configuração socioeconômica da região e teve papel importante para o deslocamento da população para essa região. Como apontado por Ojima e Martine (2009), a partir de 1970 a Amazônia experimentou um aumento expressivo na sua população, ampliando sua participação demográfica no país, que era 5,4% do total nacional em 1970 e foi para 10% em 2010. Obviamente que é necessário também considerar outros processos que ocorreram simultaneamente, a exemplo do maior ritmo do crescimento vegetativo na região em relação a outras partes do país. Contudo, fica evidente que as políticas de integração da Amazônia realizadas pelo Governo Federal brasileiro tiveram papel direto nessas dinâmicas demográficas, já que os locais em que essas alterações demográficas foram mais significativas, como é o caso da região de Carajás, coincidem com os territórios onde as intervenções do governo federal também foram (Silva, 2017).

Essas políticas federais desempenharam um papel crucial na transformação desse território, contribuindo para a atração de investimentos, o aumento da produção agropecuária e a exploração mineral. O governo militar, buscando promover o desenvolvimento econômico da Amazônia, implementou políticas de incentivo fiscal e financiamento para atrair investimentos na região. Isso resultou na chegada de empresas, especialmente do setor agropecuário e minerador, interessadas na exploração dos recursos naturais disponíveis na Amazônia. Uma das principais ênfases das políticas federais na Amazônia foi a promoção da agricultura e pecuária. Projetos como o Plano de Integração Nacional (PIN) entre 1969 e 1974 buscaram abrir novas fronteiras agrícolas na região, incentivando a expansão das atividades agropecuárias. Além disso, políticas foram implementadas para atrair investimentos na exploração de minérios, como ouro, ferro e manganês. Isso resultou na abertura de minas e na expansão das atividades

de extração mineral na região. Os municípios que correspondem hoje a Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás foram diretamente afetados por essas políticas, passando a assumir papel importante na produção mineral nacional.

As ações impulsionadas pelo Estado durante o período do governo militar na região de Carajás, embora tenham buscado promover um certo “desenvolvimento econômico”, não estiveram isentas de desafios substanciais. A intensificação da exploração agropecuária e mineral resultou em uma pressão alarmante sobre os frágeis ecossistemas locais, contribuindo para taxas crescentes de desmatamento e perda de biodiversidade. Além disso, essas iniciativas muitas vezes envolveram o deslocamento forçado de comunidades tradicionais, cujas formas de vida e meios de subsistência foram severamente impactados, como o caso do povo indígena Xikrin do Cateté (Silva; Oliveira, 2023). Os conflitos territoriais emergiram como uma realidade marcante, à medida que a expansão das atividades econômicas confrontava os direitos e territórios tradicionais de populações indígenas e comunidades locais. Esses desafios, conforme documentados por estudiosos como Cano (2013), ressaltam a complexidade das políticas adotadas na Amazônia durante esse período e suas consequências sociais e ambientais duradouras.

Esse processo de expansão produtiva alterou a inserção da região de Carajás na economia internacional, com especial atenção para o papel desempenhado em suas relações com a China (Amin, 2015). A globalização e as interconexões econômicas têm desempenhado um papel cada vez mais significativo na dinâmica regional, moldando as trajetórias de desenvolvimento e os desafios enfrentados por esse território. A demanda crescente por *commodities*, alimentada em grande parte pelo rápido crescimento econômico da China, tem implicações diretas na intensificação da exploração dos recursos naturais da região. A busca por matérias-primas, como minerais e produtos agrícolas, para atender à demanda chinesa tem incentivado práticas de produção intensiva e, conseqüentemente, afetado o ordenamento territorial e a dinâmica da força de trabalho na região.

A presença de investimentos chineses em setores como mineração, agricultura e infraestrutura contribui para a complexidade do cenário. A interação entre empresas chinesas e a economia local gera mudanças significativas na paisagem socioeconômica, impactando as relações laborais, o uso da terra e os padrões de desenvolvimento. Além disso, a influência internacional também se manifesta nos esforços de conservação ambiental e nas políticas de sustentabilidade, à medida que a pressão global por práticas mais responsáveis ecoa na região amazônica, mesmo cercada por contradições, já que a defesa ambiental em economias de mercado torna a proteção ao meio ambiente um item mercantilizado e, portanto, flexível aos interesses econômicos que levam a sua própria degradação. O território, nesse contexto, torna-se um microcosmo de desafios globais, onde as decisões e ações locais são inseparáveis das dinâmicas internacionais e torna-se cada vez mais o foco das preocupações dos organismos internacionais (Nobre, 2023).

Portanto, ao considerar o papel do cenário internacional, com foco na presença e impacto da China, a análise da região de Carajás como estudo de caso ganha ainda mais relevância, proporcionando uma compreensão abrangente das forças que moldam o planejamento, o ordenamento territorial e a gestão da força de trabalho na região amazônica. Ao diferenciar o sudeste paraense de outras regiões amazônicas, como Belém e Manaus, torna-se possível destacar nuances distintas que moldaram suas trajetórias de desenvolvimento. A região de Carajás, em meio à expansão produtiva, experimentou uma rápida transformação na estrutura econômica, impulsionada principalmente pela agropecuária e exploração mineral. O aumento da demanda por terras para atividades agroindustriais e a busca por recursos minerais foram fatores preponderantes. Esse processo resultou em desafios como o desmatamento, conflitos agrários e a reconfiguração do uso da terra.

A presença contínua de comunidades tradicionais na Amazônia, frequentemente afetadas pela expansão produtiva, desempenha um papel crucial na complexidade social e cultural da região. O desenvolvimento

desigual, caracterizado pela concentração de recursos em setores específicos da economia, resultou em disparidades socioeconômicas significativas, exacerbando as diferenças entre comunidades locais e os beneficiários das atividades econômicas em expansão. Esse cenário criou uma dinâmica complexa de tensões sociais e culturais, à medida que as comunidades tradicionais lutam para preservar suas formas de vida diante das transformações impostas pela modernização e pela exploração de recursos naturais. O caso emblemático da Ferrovia Ferro Carajás ilustra essa dinâmica, pois a construção e operação da ferrovia foram acompanhadas por impactos sociais, ambientais e culturais significativos, destacando as complexas interações entre o desenvolvimento econômico e as comunidades locais na Amazônia.

Essas características diferenciam a região de Carajás de outras territorialidades, a exemplo da região metropolitana de Belém. A capital do Pará apresenta uma dinâmica urbana distinta em comparação com essa região. O desenvolvimento econômico em Belém tem sido mais diversificado, influenciado não apenas pela agropecuária e mineração, mas também por setores como comércio, serviços e indústria. A presença de uma área metropolitana mais consolidada e uma diversidade econômica maior contribuem para uma dinâmica urbana distinta. O cenário urbano de Belém reflete desafios comuns a grandes centros urbanos, como questões relacionadas à infraestrutura, mobilidade e distribuição de recursos. Além disso, a capital paraense destaca-se como um importante centro cultural e educacional na região, fatores que influenciam sua identidade e dinâmica socioeconômica.

Manaus, situada no estado do Amazonas, também se diferencia notavelmente da região de Carajás. Conhecida por sua Zona Franca, Manaus experimentou um desenvolvimento industrial impulsionado por incentivos fiscais, resultando em uma concentração significativa de atividades manufatureiras. A Zona Franca de Manaus teve impactos significativos na economia local, atraindo investimentos e influenciando a estrutura urbana. A presença da Zona Franca não apenas diferencia Manaus economicamente,

mas também contribui para uma dinâmica urbana específica, com uma ênfase particular na produção industrial. A diversidade étnica e cultural da região também desempenha um papel importante na identidade de Manaus, influenciando suas características sociais e culturais. A diferenciação entre a região de Carajás, Belém e Manaus ressalta as diversas facetas do desenvolvimento amazônico, oferecendo insights cruciais para estratégias de planejamento e ordenamento territorial contextualmente relevantes em cada uma dessas regiões e que repercutem no uso da força de trabalho.

### **3. Dinâmicas contemporâneas do uso da força de trabalho nos setores mais dinâmicos da região de Carajás/Sudeste paraense**

Partindo desses processos apresentados anteriormente é possível tecer algumas considerações sobre o uso da força de trabalho. Na medida em que foi se aprofundando a dinâmica de ocupação territorial e o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, o mercado de trabalho passou a ter características bem particulares. Para ilustrar esse processo, na presente seção são apresentados alguns dados do mercado de trabalho da região de Carajás

O recorte regional utilizado foi o da extinta mesorregião, por garantir a incorporação de municípios que incorporam constantemente a dinâmica de incorporação produtiva da fronteira, inclusive com novas frentes de expansão da mineração. Mesmo que se considere a região de Carajás (Monteiro; Silva, 2021) como uma conformação histórica de vários fluxos de ocupação ao longo dos dois últimos séculos e meio, e que se inicia ainda no século XVII. A então mesorregião do Sudeste paraense incorpora 39 municípios da porção oriental do estado do Pará.

É preciso entender o papel cada vez mais relevante que a região

assume no neoliberalismo, como processo contido numa espacialização mais ampla de incorporação de terras com produção agromineral em torno das porções meridionais da Amazônia. Ao longo das duas últimas décadas, entre 2002 e 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu, ao ano, 1,79% a preços constantes de 2020. Dado que este foi o último ano disponibilizado para as Contas Regionais, utiliza-se como meio de comparação, apesar de ter sido o ano de início da pandemia da Covid-19. Neste mesmo período, e com os mesmos critérios, o PIB do estado do Pará cresceu 4,47% ao ano, e o PIB do Sudeste paraense cresceu 8,04% ao ano.

Obviamente que o destaque ficou para a indústria, e veremos com os dados de exportação o peso da indústria extrativa mineral neste processo, bem mais significativo que a produção agropecuária. No estado do Pará a indústria cresceu 7,54% ao ano, enquanto que a indústria brasileira cresceu somente 0,99% ao ano, também entre 2002 e 2020. Neste mesmo período, a indústria do Sudeste paraense cresceu 11,44% ao ano. Na mesorregião o valor adicionado do setor foi multiplicado seis vezes. Enquanto que o crescimento do valor adicionado da agropecuária foi maior nacionalmente, chegando a 2,03% ao ano, tanto no estado do Pará quanto no Sudeste paraense o crescimento do setor foi o menor em termos comparativos, 2,4% e 2,0%, respectivamente.

**Tabela 1** – PIB, Impostos, VAB\* total e VAB setorial para Brasil, Pará e Sudeste Paraense, 2002 a 2020 a preços constantes de 2020

		Produto Interno Bruto (%)	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos (%)	VAB (%)	VAB da agropecuária (%)	VAB da indústria (%)	VAB dos serviços (%)	VAB da administração, pública (%)**
<b>Variação média anual entre 2002 e 2020</b>	Brasil	1,79	1,25	1,88	2,03	0,99	2,18	2,19
	Pará	4,47	3,60	4,56	2,40	7,54	2,78	3,96
	Sudeste Paraense	8,04	6,18	8,15	1,99	11,44	6,06	4,94
<b>Variação total entre 2002 e 2020</b>	Brasil	37,71	25,07	39,89	43,65	19,41	47,55	47,57
	Pará	119,69	89,06	122,98	53,38	270,10	63,71	101,12
	Sudeste Paraense	302,16	194,13	309,82	42,48	602,15	188,22	138,17
<b>Participação do Pará no PIB e VAB do Brasil em 2002</b>		1,78	1,18	1,88	4,25	1,83	1,44	2,41
<b>Participação do Pará no PIB e VAB do Brasil em 2020</b>		2,84	1,78	3,00	4,54	5,67	1,60	3,28
<b>Participação do Sudeste do Pará no PIB e VAB do Pará em 2002</b>		26,00	17,77	26,89	37,07	40,36	17,05	21,63
<b>Participação do Sudeste do Pará no PIB e VAB do Pará em 2020</b>		47,60	27,64	49,42	34,44	76,57	30,01	25,61

**Fonte:** IBGE (2002-2020), Contas Regionais. Elaboração nossa, 2023.

\* VAB - Valor Adicionado Bruto.

\*\* VAB da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

Os dados são representativos para demonstrar a maior participação do estado do Pará e do Sudeste Paraense na produção nacional, bem como atestar que muito embora a região seja caracterizada pela expansão do agronegócio vinculado especialmente na criação bovina e na produção de soja, há uma redução da importância relativa do setor na produção do Sudeste paraense. O VAB da agropecuária chega a reduzir sua participação relativa no VAB do setor no estado. O próprio crescimento total, em valores constantes de 2020, mostra que a agropecuária cresce somente 42,48% na região, variação menor que a observada no estado e no país.

É inegável que a mineração, seja pelo aumento do quantum extraído seja pela variação dos preços e do câmbio, vai ampliar sua importância regional e colocar o Sudeste paraense no centro da produção nacional. Ampliação da produção nas principais minas da serra dos Carajás, expansão do projeto S11D no município de Canaã dos Carajás, incorporação de novos projetos de mineração em municípios que até então só se vinculavam ao agronegócio e à produção agrícola familiar são os fatores que caracterizam a expansão da mineração na região, especialmente de ferro, mas também de cobre, manganês e outros minérios. A diferença de exportação dos setores coloca a indústria extrativa mineral exportadora como principal mecanismo de geração de valor na região e no estado. Não por acaso a participação de toda a indústria do Sudeste paraense no VAB industrial do estado do Pará saltou de 40,36% para 76,57% entre 2002 e 2020.

A volatilidade dos preços a nível internacional, apesar do setor exportador crescer continuamente, reduz e amplia a participação das exportações regionais no total nacional permanentemente. Segundo as Estatísticas do Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o total exportado pelo Sudeste paraense em 2002 representou, em dólares, 1,5% do total exportado pelo Brasil, enquanto que em 2022 esta participação ficou em 5,1%, sendo o melhor momento da região em 2021, com 9,2% de participação relativa no total nacional. Especificamente a exportação de minérios representou em 2002 a participação de 11% no total nacional do setor, enquanto que em 2022 ficou

em 16,1%, mesmo tendência de 2023, até o mês de novembro, e significativamente distante das participações do setor nos anos de 2020 e 2021, 29,7 e 27,7%, respectivamente. Mesmo antes da pandemia, os preços do minério em 2019 levaram a participação do Sudeste paraense no total de minérios exportado pelo Brasil a 24,2%.

Os dados de variação média anual atestam o crescimento substancial dos setores produtores de bens de origem animal e vegetal no Pará e no Sudeste paraense. Em todas as comparações, as taxas de crescimento anual são superiores à nacional. A entrada da soja no Sudeste paraense e em outras regiões do estado do Pará é o principal motivo do crescimento do valor e *quantum* exportado dos produtos de origem vegetal. Exemplificando, entre 2022 e 2023 a exportação de soja em grão cresceu 21,4%, chegando a US\$ 1,14 bi, representando uma variação de 109% em relação a 2021. A soja e seus derivados que já competem pela segunda posição das exportações do Sudeste paraense, se isolaram nos dois últimos anos em relação à produção bovina e seus derivados. A produção de origem animal é basicamente de carne bovina, e apresenta um crescimento também relevante. Porém, é importante constatar que é a mineração que, de longe, se apresenta como principal produto exportado na região do Sudeste paraense, como se percebe nas participações relativas do total exportado nacional na Tabela 2.

Importa agora relacionar esta estrutura produtiva vinculada à exportação de *commodities* com a geração de empregos. Os dados de emprego em salário derivado das ocupações formais, extraídos do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, dão a dimensão de como os setores exportadores da região dinamizaram o mercado de trabalho. Apesar de alterações metodológicas da base de dados CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, que passou a incorporar os totais dos dados de contratos temporários por meio da plataforma *eSocial*, do Governo Federal, as análises de fluxos mensais e anuais ficaram prejudicadas. Porém, como trabalhamos diretamente com os estoques anuais de empregos, por meio da RAIS, optamos pela inclusão dos anos de 2020 e 2021, ainda que o Novo Caged tenha passado a agregar as

informações a partir de janeiro de 2020.

**Tabela 2** – Valor e *quantum* exportado total e dos principais setores exportadores da região – Brasil, Pará e Sudeste Paraense, 2002 a 2020 em US\$ (FOB)

<b>Exportação total</b>		<b>Valor exportado (%)</b>	<b>Quantum exportado (%)</b>
<b>Variação média anual entre 2002 e 2022</b>	Brasil	9,0	4,7
	Pará	12,0	5,9
	Sudeste Paraense	16,1	6,3
Participação do Pará no Total exportado pelo Brasil em 2002		3,7	-
Participação do Pará no Total exportado pelo Brasil em 2022		6,4	-
Participação do Sudeste paraense no Total exportado pelo Brasil em 2002		1,5	-
Participação do Sudeste paraense no Total exportado pelo Brasil em 2022		5,1	-
<b>Exportação de produtos minerais</b>		<b>Valor exportado (%)</b>	<b>Quantum exportado (%)</b>
<b>Variação média anual entre 2002 e 2022</b>	Brasil	9,0	4,7
	Pará	12,0	5,9
	Sudeste Paraense	16,1	6,3
Participação do Pará no Total exportado pelo Brasil em 2002		14,8	-
Participação do Pará no Total exportado pelo Brasil em 2022		16,5	-
Participação do Sudeste paraense no Total exportado pelo Brasil em 2002		11,0	-
Participação do Sudeste paraense no Total exportado pelo Brasil em 2022		16,1	-

<b>Exportação de produtos de origem animal</b>		<b>Valor exportado (%)</b>	<b>Quantum exportado (%)</b>
<b>Variação média anual entre 2002 e 2022</b>	Brasil	10,9	5,4
	Pará	17,2	15,3
	Sudeste Paraense	26,0	15,9
Participação do Pará no Total exportado pelo Brasil em 2002		1,1	-
Participação do Pará no Total exportado pelo Brasil em 2022		3,3	-
Participação do Sudeste paraense no Total exportado pelo Brasil em 2002		0,1	-
Participação do Sudeste paraense no Total exportado pelo Brasil em 2022		1,9	-
<b>Exportação de produtos de origem vegetal</b>		<b>Valor exportado (%)</b>	<b>Quantum exportado (%)</b>
<b>Variação média anual entre 2002 e 2022</b>	Brasil	14,1	9,5
	Pará	19,2	24,5
	Sudeste Paraense	59,7	67,6
Participação do Pará no Total exportado pelo Brasil em 2002		1,2	-
Participação do Pará no Total exportado pelo Brasil em 2022		2,9	-
Participação do Sudeste paraense no Total exportado pelo Brasil em 2002		0,0	-
Participação do Sudeste paraense no Total exportado pelo Brasil em 2022		1,6	-

**Fonte:** MDIC (2002-2022), Estatísticas do Comércio Exterior. Elaboração nossa, 2023.

\*Produtos não madeireiros.

Os dados de total de empregos formais para o ano de 2021, por setor do IBGE, e os dados de variação destes montantes ao longo de alguns anos chave, nos mostram como a conjuntura econômica e institucional afetam diretamente o mercado de trabalho. Basta observarmos a comparação feita entre Sudeste paraense e Brasil na tabela 03 abaixo que percebemos que há uma dinâmica parecida de geração de empregos, ao mesmo tempo em que se percebe o destaque de alguns setores.

**Tabela 3** – Total de empregos formais em 2021 e variação anual de empregos formais entre anos selecionados - Brasil e Sudeste paraense, 2006, 2013 e 2021

	Brasil			Sudeste Paraense		
	Total de empregos formais em 2021	Variação anual do número de empregos formais entre 2006 e 2021 (%)	Variação anual do número de empregos formais entre 2013 e 2021 (%)	Total de empregos formais em 2021	Variação anual do número de empregos formais entre 2006 e 2021 (%)	Variação anual do número de empregos formais entre 2013 e 2021 (%)
Extrativa mineral	243.993	1,5	-0,4	20.591	7,7	1,5
Indústria de transformação	7.615.740	0,8	-0,4	27.879	-0,4	0,1
Serviços industriais de utilidade pública	474.536	1,7	0,3	1.651	-1,0	1,7
Construção Civil	2.150.249	2,3	-1,5	31.433	7,6	0,9
Comércio	9.519.763	2,2	0,0	56.623	4,0	0,7
Serviços	18.218.425	2,6	0,5	64.852	7,2	2,9
Administração Pública	8.977.222	0,8	-0,2	60.676	2,1	-0,6

	Brasil		Sudeste Paraense			
	Total de empregos formais em 2021	Varição anual do número de empregos formais entre 2006 e 2021 (%)	Varição anual do número de empregos formais entre 2013 e 2021 (%)	Total de empregos formais em 2021	Varição anual do número de empregos formais entre 2006 e 2021 (%)	Varição anual do número de empregos formais entre 2013 e 2021 (%)
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.528.943	0,6	0,2	21.282	0,5	0,4
Total	48.728.871	1,7	0,0	284.987	3,5	0,8

**Fonte:** TEM (2006-2021), RAIS/CAGED. Elaboração nossa, 2023.

A dinâmica de geração de empregos formais na primeira década do século XXI se difere, especialmente na contratação da indústria extrativa mineral - 7,7% entre 2006 e 2021 - e na construção civil - 7,6% entre 2006 e 2021 da região. Percebe-se o arrefecimento das contratações a partir de 2013, ano em que se inicia um ajuste econômico no segundo governo de Dilma Rousseff que, aliado ao avanço de rupturas institucionais do judiciário, por meio da Operação Lava Jato e de outras medidas nas instâncias superiores, leva ao processo de *impeachment* da presidenta em 2016 (Marquetti; Hoff; Miebach, 2016).

Importante também é considerar que, em acordo com os dados preliminares do Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), temos uma variação média anual da população total do Sudeste paraense entre 2000 e 2022 de 1,9%, enquanto que entre 2010 e 2022 esta variação média anual ficou em 0,77%. Ou seja, dentro do período de abrangência dos Censos Demográficos, o crescimento dos vínculos formais entre 2006 e 2021 foi superior à variação da população total entre 2000 e 2022. Porém, esta média de ampliação do estoque de empregos

formais ao longo dos últimos anos rebaixou ao ponto de se aproximar da variação do incremento populacional entre 2010 e 2022.

Na sequência é importante destacar também como que os setores se comportaram em termos de variação da remuneração média. Estes dados são relevantes na medida em que, em momentos distintos no período de ampliação da demanda internacional por *commodities*, é possível perceber se houve um acompanhamento dos ganhos de remuneração das/os trabalhadoras formais, especialmente nos setores que estão diretamente vinculados ao setor exportador.

**Tabela 4** – Remuneração média por horas trabalhadas e variação do salário médio real, Brasil e Sudeste paraense, 2002 a 2021

	Brasil						
	Remuneração por horas trabalhada (R\$=2021) (R\$)				Variação Percentual do salário médio real* (R\$=2021) (%)		
	2002	2006	2013	2021	Entre 2002 e 2021	Entre 2006 e 2021	Entre 2013 e 2021
Extrativa mineral	97,43	158,89	198,77	155,28	54,9	-3,7	-23,0
Indústria de transformação	56,32	62,01	75,29	67,98	17,5	6,7	-11,8
Serviços industriais de utilidade pública	118,50	125,25	133,56	116,08	-3,9	-9,5	-15,2
Construção Civil	43,25	48,22	64,88	53,59	20,3	7,8	-19,8
Comércio	36,59	40,48	51,74	50,47	34,1	21,3	-4,8
Serviços	65,82	67,80	80,92	76,96	13,0	10,2	-7,9
Administração Pública	93,13	103,54	131,45	129,96	38,9	23,7	-2,1
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	27,28	32,44	46,75	45,97	67,2	40,4	-2,4

	Brasil						
	Remuneração por horas trabalhada (R\$=2021) (R\$)				Variação Percentual do salário médio real* (R\$=2021) (%)		
	2002	2006	2013	2021	Entre 2002 e 2021	Entre 2006 e 2021	Entre 2013 e 2021
Total	61,24	66,88	81,21	76,39	21,3	12,6	-7,4

	Sudeste Paraense						
	Remuneração por horas trabalhada (R\$=2021) (R\$)				Variação Percentual do salário médio real (R\$=2021) (%)		
	2002	2006	2013	2021	Entre 2002 e 2021	Entre 2006 e 2021	Entre 2013 e 2021
Extrativa mineral	123,77	106,38	193,09	135,93	5,9	23,3	-29,7
Indústria de transformação	25,29	36,18	50,44	50,10	93,6	36,4	-2,5
Serviços industriais de utilidade pública	180,75	125,22	195,97	147,88	-16,1	18,0	-24,4
Construção Civil	47,83	58,02	71,28	56,79	16,4	-3,9	-21,5
Comércio	30,00	31,35	43,51	44,86	45,1	39,5	1,0
Serviços	43,99	47,96	61,72	57,03	26,6	16,2	-8,9
Administração Pública**	42,04	50,22	72,52	92,74	116,0	79,6	20,9
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	25,16	28,81	40,69	42,63	68,7	47,5	4,5

**Fonte:** RAIS/CAGED, MTE, 2006 a 2021. Elaboração dos autores.

\* Salários reais calculados por meio do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Fonte: IPCA, IBGE, 2002 a 2021. Elaboração dos autores.

\*\* Administração pública desconsidera, para o Sudeste paraense e Pará assalariados de setores do estado do Pará com sede em Belém e de setores da administração federal com sede em Brasília.

Percebe-se na Tabela 4 acima que a indústria extrativa mineral, os serviços industriais de utilidade pública e a administração pública são os setores que melhor remuneram a nível de Brasil e a nível de região, para o ano de 2021. Porém, o setor extrativo mineral, no Sudeste paraense não apresenta a mesma evolução no salário pago em relação às horas trabalhadas. A variação média anual do salário real entre 2013 e 2021 de -29,7% justifica esta queda. Interessante notar que, a nível de Brasil, todos os setores apresentam perda salarial em relação aos preços de 2021. Porém, serão os setores industriais que vão apontar maiores perdas. O mesmo ocorre no Sudeste paraense, à exceção da indústria de transformação, por conta de uma base salarial historicamente baixa.

De igual forma à indústria de transformação, a remuneração média para empregos formais do setor agropecuário é historicamente baixa, permanecendo a mais baixa remuneração por hora trabalhada entre todos os setores. Por isso que se verifica um aumento médio anual inclusive entre 2013 e 2021. No geral, o que se percebe é que os dois setores de base de exportação apresentam comportamentos distintos em termos de remuneração dos assalariados ao longo dos últimos anos. Enquanto que a indústria extrativa mineral vai estar no topo da remuneração média por horas trabalhadas, o setor agropecuário vai apresentar um comportamento de resapamento salarial. As formas que os capitais se organizam a cada setor, com o primeiro resultante de empresas transnacionais e o segundo resultante de capitais regionais, de modo geral, vai influenciar diretamente nestes resultados. Ainda, as exportações de alimentos de origem animal e vegetal apresentam um percurso que envolve empresas comerciais que intermedeiam a produção na fazenda com os mercados a nível global. Comportamento não verificado nas transnacionais do setor mineral, especialmente a empresa Vale S.A, principal exportadora de minério da região.

## 4. Considerações Finais

A análise abrangente da economia do Pará e, em particular, da região de Carajás, revela uma complexa teia de dinâmicas que caracterizam não apenas a integração regional, mas também os desafios significativos enfrentados por essa parte da Amazônia brasileira. A dualidade entre a produção primária voltada para a exportação e as ocupações informais, evidenciada no perfil econômico paraense, destaca a necessidade premente de se repensar o modelo adotado. A diversificação recente, marcada pelo crescimento em setores como soja, palma e minérios, oferece novas perspectivas econômicas, mas não está isenta de dilemas relacionados à sustentabilidade e impactos socioeconômicos, como a concentração de terra e o deslocamento de comunidades.

A região de Carajás emerge como um microcosmo dessas dinâmicas, sintetizando não apenas os processos econômicos, mas também os desafios sociais e ambientais. A exploração intensiva de recursos naturais, especialmente a mineração, conecta-se às demandas do capitalismo financeiro, ampliando a fronteira do agronegócio e gerando tensões nas relações sociais. O fenômeno, emblemático de um padrão de desenvolvimento periférico, evidencia não apenas a dependência econômica, mas também a urgência de uma revisão crítica das políticas públicas e as práticas dos setores privados.

O desafio futuro transcende a mera análise econômica, estendendo-se à compreensão aprofundada das condições de trabalho, segurança laboral e direitos dos trabalhadores. Num contexto de subdesenvolvimento na fase neoliberal, a região de Carajás é um palco para reflexões teóricas e práticas sobre a integração regional e os impactos da reestruturação produtiva. A definição espacial da região, historicamente ligada ao processo de reocupação espacial e reestruturação produtiva desde os anos 1960/70, destaca a necessidade de abordagens críticas diante das transformações ocorridas durante a Ditadura Militar e da ampliação da demanda global por

*commodities*.

Ao longo do texto, este trabalho buscou contribuir para esse entendimento ao alinhar reflexões teóricas de autores como Celso Furtado e Wilson Cano com evidências de dados secundários, proporcionando uma análise profunda das relações entre planejamento, questão regional e uso da força de trabalho. O caminho adiante implica não apenas em estratégias econômicas mais sustentáveis, mas também na promoção da inclusão social, considerando os desafios urbanos emergentes e os impactos nas comunidades locais. Em última análise, a região de Carajás serve como um laboratório rico para compreender as complexidades do desenvolvimento regional na Amazônia brasileira e, mais amplamente, nas regiões brasileiras que enfrentam a fronteira agromineral.

A análise da estrutura produtiva voltada para a exportação de *commodities* na região de Carajás destaca sua influência significativa na dinâmica do mercado de trabalho. Utilizando dados do RAIS e CAGED, a observação da geração de empregos formais revela uma relação estreita entre os setores exportadores e a dinamização do mercado de trabalho na região. Apesar das alterações metodológicas nos dados do CAGED, a inclusão dos anos de 2020 e 2021 permite uma análise da conjuntura econômica e institucional, evidenciando um arrefecimento nas contratações a partir de 2013, coincidindo com ajustes econômicos e institucionais.

A comparação entre o Sudeste paraense e o Brasil na primeira década do século XXI mostra padrões semelhantes na geração de empregos, com destaque para a indústria extrativa mineral e construção civil. Contudo, a partir de 2013, observa-se um declínio nas contratações, alinhado a eventos como a Operação Lava Jato e o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. A análise da variação média anual da população total na região, em relação aos vínculos formais de emprego, sugere que o crescimento desses vínculos, embora tenha sido superior à variação populacional entre 2000 e 2022, diminuiu ao se aproximar da variação entre 2010 e 2022.

Além da quantidade de empregos, a remuneração média por horas trabalhadas apresenta nuances significativas entre os setores exportadores.

Enquanto a indústria extrativa mineral, os serviços industriais de utilidade pública e a administração pública se destacam como os setores melhor remunerados, a indústria extrativa mineral na região de Carajás registra uma queda acentuada na variação média anual do salário real entre 2013 e 2021. Por outro lado, o setor agropecuário, historicamente com menor remuneração, revela um aumento médio anual nesse período. A complexidade dessas dinâmicas salariais ressalta a necessidade de uma abordagem crítica para compreender os impactos da produção de *commodities* na região de Carajás.

## Referências

---

AMIN, Miguel Mario. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 107, p. 17-38, 2015.

ARUTO, Pietro Caldeirini. *A formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho: uma abordagem metodológica*. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2015.

BECKER, Bertha Koiffmann. Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia: é Possível Identificar Modelos para Projetar Cenários? *Parcerias Estratégicas*, n. 12, p. 135-159, set. 2001.

CANO, Wilson. Amazônia: da crise à integração atípica e truncada. *América Latina en la historia económica*, v. 20, n. 2, p. 67-95, 2013.

CANO, Wilson. Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante. In: CANO, W. (Org.). *Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2002.

- CANO, Wilson; GUIMARÃES NETO, Leonardo. Questão regional no Brasil: evolução histórica. *Pensamiento Iberoamericano*, Madrid, v. 2, 1986.
- CARDOSO, A.; CÂNDIDO, L.; MELO, A. Canaã dos Carajás: Um Laboratório sobre as circunstâncias da urbanização, na periferia global e no alvorecer do Século XXI. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 1, p. 121-140, 2018.
- COSTA, Francisco de Assis. Mercado de terras e trajetórias tecnológicas na Amazônia. *Economia e Sociedade*, v. 21, n. 2, p. 245-273, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000200002>.
- FELIX, G. *O real papel das empresas multinacionais no mundo atual*. São Paulo: Toth, 2020.
- FRIEDMAN, John. *Planificación en el ámbito público*. Madrid: MAP, 1991.
- FURTADO, Celso. Development and stagnation in Latin America: a structuralist approach. *Studies in Comparative International Development*, v. I, n. 11, p. 159-175, 1965.
- GUMIERO, Rafael. O FNO na região Amazônica de Carajás: aprofundando o caráter primário e deletério da economia regional. *Revista do NAEA*, v. 25, n. 4, p. 307-331, 2022.
- HARVEY, David. *Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- IBGE. *Contas Regionais*. 2002-2020.
- IBGE. *Censos Demográficos*. 2000; 2010; 2022.
- MARQUETTI, Adalmir; HOFF, Cecilia; MIEBACH, Alessandro. Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira. *Anais do [...] Encontro Nacional de Economia Política*, v. 22, 2016. [S. d. t.].
- MDIC. *Estatísticas do Comércio Exterior*. 2002-2022.
- MTE. *RAIS/CAGED*. 2006-2021.
- MICHELOTTI, Fernando.; MALHEIRO, Bruno. Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia. *Revista da Anpege*, v. 16, p. 635-674, 2020.

- MIRANDA, Humberto; MICHELOTTI, Fernando; GOMES JÚNIOR, Evaldo. Crise e impasses estruturais na Amazônia brasileira: algumas notas sobre a problemática do avanço da fronteira pós-1970. In: SANTOS, Adroaldo Quintela; *et al.* (Orgs.). *Wilson Cano: A questão regional e urbana no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular; ABED, 2021.
- MONTEIRO, Maurílio de Abreu; BAHIA, Mirleide Chaar. CASTRO, Edna Maria Ramos. Modernização caricata e acumulação capitalista na Amazônia: o caso da região de Carajás. *Revista do NAEA*, v. 25, n. 4, p. 11-34, 2022.
- MONTEIRO, Maurílio de Abreu; SILVA, Regiane Paracampos da. Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 49, 2021.
- NETO OLIVEIRA, Thiago. As rodovias na Amazônia: uma discussão geopolítica. *Confins*, v. 501, p. 1-15, 2019.
- NOBRE, Carlos; *et al.* *Nova Economia da Amazônia*. (Relatório). São Paulo: WRI Brasil, 2023. Disponível em: [www.wribrasil.org.br/nova-economia-da-amazonia](http://www.wribrasil.org.br/nova-economia-da-amazonia). Acesso em: set. 2023.
- OJIMA, Ricardo; MARTINE, George. Resgates sobre População e Ambiente: Breve Análise da Dinâmica Democrática e a Urbanização nos Biomas Brasileiros. *Ideias*, n. 5, p. 55-70, 2012.
- OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: OSORIO, J. *et al.* (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- RODRIGUES, Danuzia.; SILVA, Daniel. Pobreza na Amazônia brasileira e os desafios para o desenvolvimento. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, p. 1-4, 2023.
- SILVA, Daniel Nogueira, OLIVEIRA, Antonia Larissa Alves. Economia Política do Território: Interpretando a atuação da Vale S.A. em municípios minerais do Pará. *Revista de Políticas Públicas*, v. 27, n. 1, p. 134-153, 2023.
- THÉRY, Hervé; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida. O sistema elétrico brasileiro. *Confins*, n. 26, p. 1-7, 2016.
- TRINDADE, José Raimundo Barreto. FERRAZ, Lucas Paiva. Acumulação por espoliação e atividade agropecuária na Amazônia Brasileira. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 67, p. 43-77, 2023.